

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.669.219 - SP (2017/0098873-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : DIVINO FELICIANO**  
**ADVOGADOS : DAZIO VASCONCELOS - SP133791**  
**FLÁVIA ROSSI - SP197082**  
**EZEQUIEL GONÇALVES DE SOUSA E OUTRO(S) - SP251801**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por DIVINO FELICIANO contra decisão de minha lavra, em que determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que aguarde a conclusão do julgamento no RE 870.947/SE (Tema 810 – RG), a respeito do disposto no art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a alteração promovida pela Lei 11.960/2009 (e-STJ fls. 676/679).

Sustenta o embargante que o presente recurso não traz como tema principal a aplicabilidade do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, mas sim o período rural ao qual faz jus o autor. Segundo alega, o apelo nobre apontou negativa de vigência dos seguintes dispositivos (e-STJ fl. 686):

[...] a contrariedade ao artigo 55, §3º da Lei 8.213/91, ao período especial, com a transgressão aos artigos 57, caput e 58, §1º da Lei 8213/91, ao Decreto nº 53.831/64, código 2.4.4, ao Decreto nº 83.080/79, nexos II, código 2.4.2 e, por fim, no que tange aos consectários legais, verifica-se a violação do artigo 406 do Código Civil, ao artigo 161, §1º do Código de Tributário Nacional e ao artigo 41-A da Lei 8.213/91.

Requer, dessa forma, seja sanada a omissão, determinando-se o prosseguimento do feito.

Intimada, a parte embargada não formulou impugnação (e-STJ fl. 690).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão. *In casu*, não ocorreu nenhum dos vícios supracitados.

O exame dos autos denota que o embargante, nas suas razões de apelo especial, insurgiu-se, de fato, contra as questões de mérito acerca do reconhecimento de tempos de serviços rural e especial. Contudo, formulou, também, pedido expresso de desconstituição do acórdão no tocante à correção monetária e aos juros de mora, fixados segundo os ditames da Lei 11.960/2009, ao apontar contrariedade do art. 406 do Código Civil, do art. 161, § 1º, do CTN e do art. 41-A da Lei 8.213/1991.

Desse modo, não há nenhuma omissão no *decisum* que determinou a devolução do feito à origem, a fim de cumprir a determinação do Supremo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tribunal Federal, proferida no RE 870.947/SE – Tema 810 – RG), cuja decisão exarada em 24/09/2018 pelo Ministro relator atribuiu, excepcionalmente, efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos entes federativos estaduais, com esteio no art. 1.026, §1º, do CPC/2015 c/c o art. 21, V, do RISTF.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

